

SAÚDE AUDITIVA E DIMENSÃO MULTIPROFISSIONAL: ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE IMPLANTE COCLEAR DO HU/UFSC

Manuela Darosci

RESUMO: O trabalho objetiva a discussão dos aspectos que perpassam a saúde auditiva, a partir da sistematização das diretrizes legais que institucionalizam a assistência otológica na política de saúde brasileira. Parte da inserção da pesquisadora no Programa de Implante Coclear (IC) do Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (HU/UFSC), utilizando enquanto metodologia de pesquisa o estudo documental e revisão bibliográfica. Em 2003 é criada no Brasil a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA), implicando no fato de que no país, pela primeira vez, as questões referentes aos problemas auditivos fossem visualizados de maneira específica. A política define serviços e atribuições para os três níveis de atenção em saúde, sendo que compete à alta complexidade o ordenamento dos Serviços de IC. Em Santa Catarina o programa é desenvolvido através do SUS no HU/UFSC desde 2011, sendo regido pela portaria do Ministério da Saúde nº 2.776/2014. Tal documento destaca os procedimentos referentes à saúde auditiva hospitalar no SUS, introduzindo novos critérios de acesso ao procedimento cirúrgico e a instauração do direito à pilhas/baterias e manutenção das próteses auditivas através do SUS. O IC estrutura-se enquanto uma opção de tratamento para pessoas com deficiência auditiva sensorio-neural, bilateral de grau severo a profundo e pretende substituir as funções da cóclea do ouvido. Percebendo a surdez de forma integral, requer-se a estruturação da atenção de forma multiprofissional, a partir da interlocução de diferentes áreas disciplinares e políticas sociais. Nesta direção, a assistência prevista no Ambulatório de IC interpõem a interlocução com os municípios de todo o estado, além de ações de referência e contrarreferência no âmbito das políticas sociais, visualizando o diálogo interdisciplinar. No HU/UFSC identifica-se a inexistência de perfil dos usuários que acessam ao serviço, refletindo na diversidade dos usuários em relação ao sexo, idade e cidade de origem. Conclui-se que a PNASa mostra-se enquanto um desafio ao SUS, pois requisita o aprimoramento e abrangência dos serviços que a compõem - à exemplo do procedimento de IC. Sobretudo, destaca-se que é preciso conceber a saúde auditiva enquanto uma esfera que condiciona diferentes áreas disciplinares e de aspectos que traduzem-se para além do espaço da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Saúde Auditiva. Multiprofissional. Serviço Social.